



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

## EMENDA Nº 1 - PLEN (SUBSTITUTIVO)

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2022

Inclui o art. 120 no Ato das disposições Constitucionais Transitórias para reconhece o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o programa auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Esta Emenda Constitucional dispõe sobre medidas para atenuar os efeitos do estado de emergência decorrente da elevação



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

extraordinária e imprevisível dos preços dos combustíveis e dos impactos sociais deles decorrentes.

**Art. 2º** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 120.** Fica reconhecido, no ano de 2022, o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes.

*Parágrafo único.* Para enfrentamento ou mitigação dos impactos decorrentes do estado de emergência reconhecido, as medidas implementadas, até os limites dos montantes previstos em **uma única e exclusiva** norma constitucional, observarão:

I – quanto às despesas:

- a) serão atendidas por meio de crédito extraordinário;
- b) não serão consideradas, até o limite previsto para fins de apuração da meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e limite estabelecido às despesas primárias, conforme disposto no inciso I do caput do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e
- c) ficam ressalvadas, **até o limite das despesas de que trata este artigo**, do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal;



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

II - a abertura do crédito extraordinário para seu atendimento dar-se-á independentemente da observância dos requisitos exigidos no § 3º do art. 167 da Constituição Federal;

III – a dispensa das limitações legais, inclusive quanto à necessidade de compensação:

a) à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa; e

b) à renúncia de receita que possa ocorrer. ~~;~~ e

~~IV – a não aplicação de qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza.” (NR)~~

**Art. 3º** Observado o disposto no art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União, **como únicas e exclusivas medidas a que se refere o parágrafo único do referido art. 120, excluída a possibilidade de adoção de quaisquer outras:**

I – assegurará a extensão do programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, às famílias elegíveis na data de promulgação dessa emenda constitucional, e concederá às famílias beneficiárias desse programa, acréscimo mensal extraordinário, durante cinco meses, de R\$ 200,00 (duzentos reais) no período de 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, até o limite de R\$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de reais) ~~sendo, no máximo, cinco por cento desse valor destinado à operacionalização e à atualização tecnológica necessária à concessão desse benefício~~ incluídos os valores essencialmente necessários para a implementação do benefício, vedado o uso para qualquer tipo de publicidade institucional;

II - assegurará às famílias beneficiadas pelo auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, a cada



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

bimestre, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, valor monetário correspondente a uma parcela extraordinária adicional de 50% (cinquenta por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de GLP, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos 6 (seis) meses anteriores, até o limite de R\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais), ~~sendo, no máximo, 5% (cinco por cento) desse valor destinado à operacionalização e à atualização tecnológica necessária à concessão desse benefício~~ incluídos os valores essencialmente necessários para a implementação do benefício, vedado o uso para qualquer tipo de publicidade institucional;

III – concederá, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, aos Transportadores Autônomos de Cargas devidamente cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC até a data de 31 de maio de 2022, auxílio de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, até o limite de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais);

IV – aportará **à União**, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que dispõem de serviços regulares em operação de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano ~~ou entre integrantes de uma mesma Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)~~, assistência financeira em caráter emergencial no valor de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a serem utilizados para auxílio no custeio ao direito previsto no art. 230, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), até 31 de dezembro de 2022.

V – entregará na forma de auxílio financeiro o valor de até R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais), em 5 (cinco) parcelas mensais no valor de até R\$ 760.000.000,00 (setecentos e sessenta milhões de reais) cada, de agosto a dezembro de 2022, exclusivamente para os Estados e o Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores ou distribuidores de etanol hidratado em seu território, em montante equivalente ao valor recebido;

VI – concederá, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, aos motoristas de táxi, devidamente registrados até 31 de maio de 2022, auxílio até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);

VII – assegurará ao Programa Alimenta Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a suplementação orçamentária de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

§ 1º O acréscimo mensal extraordinário de que trata o inciso I do *caput* será complementar à soma dos benefícios previstos nos incisos I a IV do *caput* do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e será pago sem prejuízo daquele previsto na Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022.

§ 2º A parcela extraordinária de que trata o inciso II do *caput* será complementar ao previsto no art. 3º da Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 3º O benefício de que trata o inciso III do *caput*:

I - tem por objetivo auxiliar os transportadores autônomos de carga em decorrência do estado de emergência de que trata o *caput* do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - será concedido para cada transportador autônomo de carga, independentemente do número de veículos que possuir;

III – o recebimento do benefício independe da comprovação da aquisição de óleo diesel;



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

IV – O **Poder Executivo Ministério da Infraestrutura** disponibilizará solução tecnológica **em suporte à operacionalização dos pagamentos específica para validação do direito e manifestação do interesse, por parte do Transportador Autônomo de Cargas, ao recebimento** do auxílio de que trata o *caput*; e

V – Para fins de pagamento do auxílio de que trata o *caput*, o **Ministério do Trabalho e Previdência da Economia** definirá o operador bancário responsável pela operacionalização dos pagamentos.

§ **4º 5º** O aporte de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios de que trata o inciso IV do *caput*:

I – terá função de complementariedade aos subsídios tarifários, subsídios orçamentários e aportes de recursos de todos os gêneros, concedidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como de gratuidades e demais custeios do sistema de transporte público coletivo suportados por esses Entes;

II – será concedido em observância à premissa de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte público coletivo e às diretrizes da modicidade tarifária;

III – será repassado a qualquer fundo apto ao recebimento dos aportes financeiros, inclusive os que já recebem recursos federais, **ou a qualquer conta bancária aberta para especificamente para esse fim**, ressalvada a necessidade de que os valores repassados se vinculem estritamente à assistência financeira para o qual foi instituído;

IV – será distribuído em proporção da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente no Distrito Federal e nos Municípios que dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano intramunicipal regular em operação;



SF/22689.89625-19



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

V – 30% (trinta por cento) 40% (quarenta por cento) será retido pela União e repassado aos respectivos entes estaduais ou a órgão da União responsáveis pela gestão do serviço nos casos de Municípios atendidos por redes de transporte público coletivo intermunicipal ou interestadual de caráter urbano ou semiurbano;

VI – será integralmente entregue Município responsável pela gestão, nos casos de Municípios responsáveis pela gestão do sistema de transporte público integrado metropolitano, e será considerado o somatório da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente nos Municípios que compõem a região metropolitana administrada;

VII – será distribuído com base na estimativa populacional mais atualizada publicada pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

VIII – somente será entregue aos Entes federados que comprovarem possuir sistema de transporte público coletivo em funcionamento de caráter urbano, metropolitano ou entre integrantes de uma mesma RIDE, na forma do regulamento.

§ 5º Os créditos de que tratam o inciso V do *caput*:

I – deverão ser outorgados até 31 de dezembro de 2022, podendo ser aproveitados nos exercícios posteriores;

II – terão por objetivo reduzir a carga tributária da cadeia produtiva do etanol hidratado, de modo a manter diferencial competitivo em relação à gasolina;

III – serão limitados ao valor referido no *caput* e proporcional à participação dos Estados e Distrito Federal em relação ao consumo total do etanol hidratado em todos os Estados e no Distrito Federal no ano de 2021;



SF/22689.89625-19





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

IV – seu recebimento pelos Estados ou o Distrito Federal importará na renúncia ao direito sobre o qual se funda eventual ação que tenha como causa de pedir, direta ou indiretamente, qualquer tipo de indenização relativa a eventual perda de arrecadação decorrente da adoção do crédito presumido de que trata o inciso I do *caput* nas operações com etanol hidratado em seu território;

V – o auxílio financeiro será entregue pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, mediante depósito, junto ao Banco do Brasil S.A. e na respectiva conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, da seguinte forma:

- a) primeira parcela até o dia 31 de agosto de 2022;
- b) segunda parcela até o dia 30 de setembro de 2022;
- c) terceira parcela até o dia 31 de outubro de 2022;
- d) quarta parcela até o dia 30 de novembro de 2022; e
- e) quinta parcela até o dia 27 de dezembro de 2022;

VI – serão livres de vinculações a atividades ou setores específicos, observadas:

- a) a repartição com os municípios na proporção a que se refere o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal; e
- b) a inclusão na base de cálculo para efeitos de aplicação do art. 212 e do inciso II do art. 212-A da Constituição Federal;



SF/22689.89625-19





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

VII – serão entregues após a aprovação de norma específica, independentemente da deliberação de que trata a alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal; e

VIII – incluir-se-ão, como receita, no orçamento do ente beneficiário do auxílio, e, como despesa, no orçamento da União, devendo ser deduzidos da receita corrente líquida da União.

§ 6º O auxílio de que trata o inciso VI:

I – considerará taxistas os profissionais que residam e trabalhem no Brasil, comprovado mediante apresentação do documento de permissão para prestação do serviço emitido pelo Poder Público Municipal ou Distrital;

II – será regulamentado pelo Poder Executivo quanto à formação do cadastro para operacionalização do auxílio a que se refere o *caput*, a sistemática de seu pagamento e o valor do benefício.

§ 7º~~6º~~ Compete aos Ministérios setoriais, no âmbito de suas competências, a edição de atos complementares à implementação dos benefícios previstos nos incisos I a IV do *caput* deste artigo.

**Art. 4º** Até 31 de dezembro de 2022, a alíquota de tributos incidentes sobre a gasolina poderá ser fixada em zero, desde que a alíquota do mesmo tributo incidente sobre o etanol hidratado seja também fixada em zero.

**Art. 5º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

, Presidente

, Relator



SF/22689.89625-19



30/06/2022

**TRECHOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA – SEMIPRESENCIAL, REALIZADA EM 30/06/2022, REFERENTE À COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO À EMENDA Nº 1-PLEN, SUBSTITUTIVO DA PEC Nº 01/2022, PROFERIDA PELO RELATOR, SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO.**

.....

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PE. Para proferir parecer. Por videoconferência.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, desde a sessão de ontem temos conversado com as Lideranças da Casa e com o Governo para chegar a um texto de consenso e que alcance o objetivo maior de toda essa discussão: amparar os brasileiros que mais sofrem com os efeitos da crise econômica. Nesse sentido, observamos a necessidade de proceder a correções no texto de nosso substitutivo, conforme passamos a expor.

A primeira delas será na parte que trata da gratuidade do transporte público. Os ajustes foram oriundos de diálogo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres e com a Frente Nacional de Prefeitos. Basicamente, além de facilitar a implementação do auxílio e a distribuição dos recursos, ponderamos melhor a parte que caberá aos municípios: em vez de 60%, 70%, e, aos estados, em vez de 40%, 30%.

Além disso, estamos deixando mais claro o apoio aos gestores de transporte semiurbano, hoje em sua maioria a cargo da própria Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Também procederemos a um ajuste no sistema de processamento do auxílio aos transportadores autônomos de carga, sem impacto de mérito, a pedido do Ministério da Infraestrutura.

Também por razões operacionais, alteramos o órgão que definirá o operador bancário responsável pela operacionalização dos pagamentos, a pedido do Ministério do Trabalho e Previdência.

Suprimimos ainda a redação do inciso IV do parágrafo único do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 2º do substitutivo, conforme anunciei ontem, por todas as razões expostas e apelos feitos por todas as Lideranças da Casa, especialmente do Partido dos Trabalhadores - e aí destaco o Senador Jaques Wagner e o Senador Paulo Rocha.

Também deixamos claro que as medidas autorizadas pelo estado de emergência reconhecido serão somente aquelas do rol do art. 3º, sem possibilidade de novos programas com base nessa mesma motivação. A redação acolhe preocupação do Senador Alessandro Vieira e do Senador Oriovisto Guimarães, entre outros Senadores.

Adicionalmente, restringimos o alcance também à alínea "c" do inciso I do parágrafo único do art. 120 das Disposições Constitucionais Transitórias ao limite das despesas de que trata o próprio estado de emergência. Não resta dúvidas, pois, de que não haverá brecha ou espaço para novas medidas ou ampliação de gastos dessas mesmas medidas.

Ante todo o exposto, reiteramos nosso voto pela aprovação da PEC 1, de 2022, na forma do nosso substitutivo, com as seguintes adequações redacionais:

No caput do parágrafo único do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde se lê "em norma constitucional", leia-se "em uma única e exclusiva norma constitucional".

No caput do art. 3º, onde se lê "à União", leia-se "à União, como únicas e exclusivas medidas a que se refere o parágrafo único do referido art. 120, excluída a possibilidade de adoção de quaisquer outras". Essa solicitação veio a pedido do Senador Alessandro Vieira.

Na alínea "c" do inciso I do parágrafo único do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias inclua-se a expressão "até o limite das despesas de que trata



30/06/2022

este artigo" logo após o termo "ressalvados", por solicitação do Senador Oriovisto e outros Senadores.

Fica suprimido o inciso IV do parágrafo único do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 2º do substitutivo, por solicitação da Bancada do PT.

No inciso IV do art. 3º, onde se lê "aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios", leia-se "à União, aos estados e ao Distrito Federal, e aos municípios"; e onde se lê "semiurbano, metropolitano ou entre integrantes de uma mesma Região Integrada de Desenvolvimento (Ride)", leia-se "semiurbano ou metropolitano", por solicitação da ANTT.

No inciso IV do §3º do art. 3º, onde se lê "Ministério da Infraestrutura", leia-se "Poder Executivo"; e, onde se lê "solução tecnológica específica para validação do direito e manifestação do interesse do transportador autônomo de cargas ao recebimento", leia-se "solução tecnológica em suporte à operacionalização dos pagamentos". Essa foi uma solicitação do Ministério da Infraestrutura.

No inciso V do §3º do art. 3º, onde se lê "Ministério da Economia", leia-se "Ministério do Trabalho e Previdência", por solicitação do Ministério do Trabalho e Previdência.

Corrija-se a numeração do §5º do art. 3º como §4º, já que o §4º foi suprimido.

No inciso III do §5º, renumerado para §4º, onde se lê "recursos federais", leia-se "recursos federais ou a qualquer conta bancária aberta para especificamente este fim", por solicitação da Frente Nacional dos Prefeitos.

No inciso V do §5º, renumerado para §4º, onde se lê "40%", leia-se "30%"; onde se lê "entes estaduais", leia-se "entes estaduais ou a órgão da União"; e, onde se lê "caráter urbano", leia-se "caráter urbano ou semiurbano".

Sr. Presidente, esses são os ajustes, fruto da intensa discussão verificada no dia de ontem e durante o dia de hoje que mantive com diversos Líderes partidários, ressaltando agora o entendimento que foi encaminhado pelo Senador Eduardo Braga, junto com o Líder Flávio Bolsonaro, com o apoio do Líder Carlos Portinho, para que, enquanto a matéria é discutida, a gente possa receber uma sugestão de texto. E, com muito prazer, eu farei um novo adendo ao meu voto, para que a gente possa traduzir o entendimento que está sendo construído, para também abrir espaço para o atendimento aos taxistas.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - PE. Como Relator. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acompanhei todas as intervenções que foram sugeridas ao longo do processo de discussão. Eu queria, mais uma vez, reiterar que, de ontem para hoje, não surgiu nenhuma nova emenda. Portanto, todas as preocupações foram colocadas, sem uma emenda para que o Relator pudesse apreciar.

Mas eu quero aqui repetir o que tenho dito nas oportunidades em que uso a tribuna do Senado, sobretudo em momentos de reflexão mais profunda sobre a questão da institucionalidade democrática no nosso país. Eu quero dizer que eu fui do movimento estudantil em São Paulo, fui estudante da Fundação Getúlio Vargas, participei do movimento estudantil. Na época, o Governador era Paulo Egydio Martins, e o Secretário de Segurança de São Paulo colocava os cavalos na rua, sobretudo nas imediações do Viaduto do Chá, para combater o movimento estudantil, que lutava contra o 477, pela anistia. E eu tive, depois, a alegria de poder ser Constituinte, de ser subscritor da Constituição Cidadã.

Então, todas as preocupações que foram colocadas pelos meus colegas, pelos Líderes partidários, para que a gente pudesse usar o reconhecimento do estado de emergência, na obediência estrita dessa necessidade urgente que nós estamos enfrentando em função da desorganização econômica que se verifica no mundo inteiro,



30/06/2022

fruto dos transtornos causados pelo pós-covid, pelo pós-pandemia, desorganizando todo o sistema de produção mundial, que está levando inflação para todos os países do mundo... Os Estados Unidos têm a maior taxa de inflação dos últimos 40 anos. Há inflação no Japão, inflação na Europa, inflação no mundo inteiro, com o preço elevado dos alimentos, com a fome se alastrando pelo mundo inteiro. Enfim, o Congresso Nacional tinha que tomar as providências que está tomando.

É evidente que se podem fazer críticas, que se pode sugerir medidas outras que não essas que nós estamos definindo, mas eu estou seguro de que esse texto que está sendo colocado para votação recolheu as principais preocupações no sentido de que a gente pudesse respeitar o ordenamento jurídico do país, mas pudesse agir de forma emergencial, como exige a situação que nós estamos enfrentando.

Eu quero, portanto, dizer que fiz a leitura das sugestões todas colocadas durante o dia de ontem e durante a tarde de hoje. Passarei a ler agora, Sr. Presidente, as duas novas alterações ao texto.

Já estou pedindo à minha assessoria para, quando da conclusão da minha fala, a gente poder também já apresentar o texto consolidado, como foi solicitado por todos os Líderes partidários e por todos os que estão nos acompanhando. O texto consolidado estará à disposição para que, durante o processo de votação, se houver qualquer necessidade de ajustes... Eu creio que o Regimento permite, entre a primeira e a segunda votação, que podemos fazer esses ajustes, mas estou seguro de que estamos com o texto pronto, com um texto enxuto, que traduz todos os pensamentos e todas as sugestões que foram aqui colocadas pelos Srs. e Sras. Senadoras.

Em primeiro lugar, eu vou falar da inclusão do substitutivo no acordo que foi celebrado pela Liderança do Governo, pelo Senador Flávio Bolsonaro e pelo Senador Carlos Portinho com o Líder do MDB, o Senador Eduardo Braga. Então, estou incluindo no substitutivo o seguinte inciso VI ao caput do art. 3º, bem como o seguinte §6º, renumerando-se os demais:

*Art. 3º. ....*

*VI - concederá, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, aos motoristas de táxi, devidamente registrados até 31 de maio de 2022, auxílio até o limite de R\$2 bilhões;*

*§6º O auxílio de que trata o inciso VI:*

*I - considerará como taxistas os profissionais que residem e trabalhem no Brasil, comprovado, conforme o caso, mediante a apresentação do documento de permissão para prestação do serviço emitido pelas municipalidades;*

*II - será regulamentada pelo Poder Executivo, quanto à formação do cadastro para operacionalização do auxílio a que se refere o caput, a sistemática de seu pagamento e o valor do benefício.*

*E também, Sr. Presidente, em função do acordo celebrado, estamos incluindo no substitutivo o seguinte inciso VII ao caput do art. 3º:*

*Art. 3º. ....*

*VII - assegurará ao Programa Alimenta Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a suplementação orçamentária de R\$500 milhões.*

Sr. Presidente, para que a gente possa concluir as nossas observações, há três novas sugestões do Senador Jean Paul Prates. Estou fazendo a redação final, que deve ter dentro de mais um ou dois minutos.

Eu peço só um tempo para que eu possa fazer a leitura das contribuições que o Senador Jean Paul está apresentando. Não vou poder acolher todas as sugestões, mas estou acolhendo três novas sugestões que foram feitas pelo Senador Jean Paul Prates.

Então, peço apenas um ou dois minutos, para que eu possa também complementar o meu voto com essas novas contribuições oferecidas pelo Senador Jean Paul.



30/06/2022

E, com isso, o texto consolidado já está no sistema. Já estou sendo informado de que o texto consolidado, já com essas três novas sugestões, já está disponibilizado para o... (Pausa.)

Eu já tenho aqui, Sr. Presidente. Só um minuto!

Estou atendendo ao Senador Jean Paul Prates: "Nos incisos I e II do caput do art. 3º do substitutivo, onde se lê "sendo no máximo 5% desse valor destinado à operacionalização e à atualização tecnológica necessária à concessão desse benefício", leia-se "incluídos os valores essencialmente necessários para a implementação do benefício, vedado o uso para qualquer tipo de publicidade institucional".

Portanto, complemento o meu voto, Sr. Presidente, com esses adendos, fazendo, portanto, o acolhimento de boa parte das sugestões encaminhadas pelos Srs. Senadores.

Repito: o voto consolidado, com o substitutivo consolidado, já está disponível no sistema oficial do Senado Federal.

Peço, portanto, o apoio de todos os companheiros do Senado para que a gente possa deliberar de forma positiva essa matéria de grande interesse para o povo brasileiro, de forma mais especial para os mais vulneráveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

-----  
**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, é só para ficar claro, para ficar registrada aí na Secretaria-Geral da Mesa essa última sugestão do Senador Jean Paul, então, estou procedendo a uma alteração, no meu adendo de voto, da seguinte forma: "No inciso V do §3º do art. 3º do Substitutivo, inclua-se a expressão 'entre as instituições financeiras federais', logo após o termo 'definirá'".

Esse é o adendo para atender à sugestão do Senador Jean Paul Prates.